

Plano de Safra 2010/11 I

Recursos programados e executados

O PLANO agrícola e pecuário da safra 2010/11, a exemplo dos últimos anos, está basicamente sustentado na oferta de recursos, mas não ataca os obstáculos que impedem a plena execução do programa.

Alem disso, apesar do esforço do governo para aumentar a disponibilidade de recursos, ainda desta vez não foram introduzidas medidas para iniciar um processo de mudança no atual modelo de crédito rural que venha dar a garantia de renda ao produtor.

Os canais de distribuição de financiamento aos produtores formam uma rede bem atomizada no País, com a atuação de agentes financeiros e não financeiros (*tradings*, *fundings*, empresas de insumos e cooperativas). Porém, a ausência de uma central de risco torna o custo da operação mais alto e de acesso mais seletivo.

O grande desafio está em levar adiante a aplicação efetiva dos recursos anunciados. Na safra 2009/10, embora a necessidade anual de capital de giro dos agricultores e pecuaristas brasileiros superasse R\$ 150 bilhões, e o volume de crédito para custeio correspondesse à metade deste valor, apenas três quartos do volume de crédito disponível, de R\$ 66,2 bilhões, chegaram de fato às mãos dos produtores. No crédito para investimento, quando se analisam os recursos programados e executados, o quadro permanece o mesmo. Da quantia anunciada para a safra 2009/10, foi aplicada pouco mais da metade. E essa subutilização do volume de crédito disponível ocorreu em um período em que o ambiente de negó-

Recursos para o plano agrícola e pecuário da safra 2010/11 (R\$ bilhões)

Financiamento	2009/10	2010/11	Variação %
Custeio e comercialização	66,2	75,6	14
- juros controlados	54,2	60,7	12
- juros livres	12,0	14,9	24
Investimento	14,0	18,0	29
Linhas especiais	12,3	6,4	-48
Total	92,5	100,0	8

Fonte: Mapa

Brasil: crédito para comercialização agrícola

Ano	Quantidade (mi toneladas)	Valor (R\$ mil)
2005	5.136	1.214
2006	21.775	2.308
2007	12.837	2.006
2008	5.671	1.825
2009	15.906	4.206

Fonte: Mapa

cios foi afetado pela escassez de crédito e baixa liquidez.

Enquanto sobra dinheiro para os agentes financeiros aplicarem no campo, existem pendências ainda não resolvidas em questões crônicas, como:

- Exigências excessivas de garantias reais aos financiamentos;
- Cobertura limitada do seguro rural;
- Timidez dos estímulos à industrialização da produção;
- Juros altos e inadequados à atividade rural, apesar da oferta de crédito a uma taxa de juros controlada de 6,75% ao ano;

Endividamento do custeio na região Sul do País e dos programas de investi-

mento no Centro-Oeste;

Baixa utilização de instrumentos mitigadores de riscos, como seguro rural e derivativos agropecuários.

Os recursos para comercialização (subvenção aos preços), praticamente nos mesmos níveis da safra 2009/10, serão importantes para a defesa da renda do produtor, neste quadro de aumento da produção e pressão de baixa nos preços praticados no mercado.

A elevação da oferta de recursos do crédito rural, sempre desejada, não atende integralmente às expectativas do setor. A reforma da política agrícola nacional deve ser acompanhada, entre outros, por uma mudança nas formas de repasse, de maneira a considerar as diferenças regionais, a diversidade da estrutura fundiária e os recursos tecnológicos utilizados pelos produtores rurais.

Por sua vez, sem a implantação de medidas anunciadas na safra 2009/10, como a criação do fundo garantidor do setor agropecuário (Lei 12.087, de 11 de novembro de 2009), tudo leva a crer que os recursos anunciados não serão novamente aplicados na safra 2010/11. ■